



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXI — Nº 97

SÁBADO, 4 DE SETEMBRO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 159ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE SETEMBRO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Relatório anual da Companhia de Eletricidade de Brasília — CEB, referente ao exercício de 1975.

DEPUTADO PEDRO LAURO — Projeto de Lei apresentado na Câmara dos Deputados, que proíbe o uso de terminologia estrangeira em textos oficiais.

DEPUTADO CARLOS WILSON — Apelo aos dirigentes da EMBRATUR, no sentido da construção de hotéis de nível médio, destinados a fomentar o turismo no Nordeste.

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Editorial do jornal *O Globo*, intitulado *O fim das calúnias*.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Participação do Município de Santiago — RS, no desenvolvimento da economia gaúcha.

DEPUTADO HILDÉRICO OLIVEIRA — Pressões que estariam sofrendo os candidatos do MDB ao próximo pleito eleitoral.

DEPUTADO HÉLIO CAMPOS — Atuação do Governador do Território Federal de Roraima.

DEPUTADO ADHEMAR GUISI — Entrega, pelo FUNRURAL, de equipamentos destinados a entidades hospitalares do Estado de Santa Catarina. Inauguração da Agência do Banco do Brasil no Município de Turvo — SC.

DEPUTADO PACHECO CHAVES — Depoimento prestado pelo Presidente do IBGE na Comissão Parlamentar de Inquérito incumbida de investigar a política salarial.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se segunda-feira, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 45/76-CN, que aprova o texto do Decreto-Lei nº 1.471, de 15 de junho de 1976, que estende a financiamentos do BNDE a bancos de investimento privados o sistema de incentivo fiscal previsto no Decreto-Lei nº 1.452, de 30 de março de 1976. **Aprovado.** À promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE	
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL	
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL	
EVANDRO MENDES VIANNA Diretor Geral do Senado Federal	Seção II Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal
ARNALDO GOMES Diretor Executivo	ASSINATURAS
PAULO AURÉLIO QUINTELLA Diretor Administrativo	Via Superfície: Semestre Cr\$ 100,00 Ano Cr\$ 200,00
ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER Diretor Industrial	Via Aérea: Semestre Cr\$ 200,00 Ano Cr\$ 400,00
(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30) Tiragem: 3 500 exemplares	

ATA DA 159^a SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE SETEMBRO DE 1976

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 18 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores: Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Paraíba

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Ro-

cha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Moraes — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcellio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho —

ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odílio Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frotta — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA;

Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Ailton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Júnior — ARENA; Cândido Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egry — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Júnior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturval Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuelo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Álencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kissuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Láu — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler —

ARENA; **Augusto Trein** — ARENA; **Carlos Santos** — MDB; **Célio Marques Fernandes** — ARENA; **Cid Furtado** — ARENA; **Eloy Lenzi** — MDB; **Fernando Gonçalves** — ARENA; **Getúlio Dias** — MDB; **Harry Sauer** — MDB; **Jairo Brum** — MDB; **João Gilberto** — MDB; **Jorge Uequed** — MDB; **José Mandelli** — MDB; **Lauro Leitão** — ARENA; **Lauro Rodrigues** — MDB; **Lidovino Fanton** — MDB; **Magnus Guimarães** — MDB; **Mário Mondino** — ARENA; **Nelson Marchezan** — ARENA; **Norberto Schmidt** — ARENA; **Nunes Leal** — ARENA; **Odacir Klein** — MDB; **Rosa Flores** — MDB; **Vasco Amaro** — ARENA.

Amapá
Antônio Pontes — MDB.

Rondônia
Jerônimo Santana — MDB.

Roraima
Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presenças acusam o comparecimento de 54 Srs. Senadores e 355 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA — GO) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recebi desvanecido, assinado pelo próprio Presidente da empresa, Sr. Aloysio Faria de Carvalho, o Relatório da Diretoria da Companhia de Eletricidade de Brasília — CEB, referente ao exercício de 1975. Sei muito bem que, ao exercer esse gesto de distinção para comigo, não teve aquele ilustre executivo a intenção de que eu comentasse tal Relatório desta Tribuna. Mesmo assim, entretanto, não posso furtar-me ao dever e ao prazer de destacar daqui a profícua administração daquela companhia de eletricidade que conta, em sua Diretoria, além do Presidente já citado, com os seguintes diretores: Gastão Luiz de Andrade Lima, Diretor Administrativo-Financeiro; Paulo Victor Rada de Rezende, Diretor de Planejamento, e José Carlos Brito Lopes Diretor-Técnico.

Se eu tivesse dons especiais de crítica artística, Sr. Presidente, iria gastar algum tempo em apreciar a bela feitura gráfica do Relatório e sua excelente apresentação. Contentar-me-ei, entretanto, em dizer dele que é bonito de se ver e fácil de se ler e entender.

Sua beleza principal, entretanto, Sr. Presidente, não reside em seu aspecto físico, mas sim no que ele tem de informação a respeito da positiva administração, durante o ano findo, que exerceu para a CEB a atual Diretoria, em parte já citada neste pronunciamento.

Qualquer pessoa que visita Brasília poderá ter, mesmo sem ler esse Relatório, uma visão bastante prática de como têm sido positivos, para a vida de nossa Capital, os resultados da administração Aloysio Faria de Carvalho à frente da CEB. Temos boa e bela iluminação, que impressiona de pronto os olhos e o coração de quantos andam ou trafegam por nossas amplas e bem cuidadas ruas, avenidas e rodovias de perímetro urbano, quer seja no Plano Piloto, quer em qualquer das cidades-satélites do Distrito Federal.

Quando, entretanto, além de ver os resultados que saltam aos olhos, tem-se oportunidade de compulsar um relatório tão esclarecedor como o que recebi, é necessário, é ponto de justiça que se ressaltem algumas das realizações dessa Diretoria, responsáveis pela existência de uma iluminação pública e de um fornecimento de energia elétrica tão excelente como o que serve aos habitantes da formosa Capital brasileira.

Posso destacar, pois, sem o perigo de cometer qualquer injustiça, os seguintes eventos principais, que marcaram a atuação da Administração Aloysio Faria de Carvalho no ano de 1975:

— ampliação dos sistemas de subtransmissão e distribuição aérea e subterrânea;

— entrada em operação da Subestação Brasília-Norte, com capacidade de 100.000 kVA, atendendo ao Setor Militar Urbano, Asa Norte de Brasília e cidades-satélites de Sobradinho e Planaltina;

— instalação de 57 mV Ar de bancos capacitores em diversas subestações de Brasília e cidades-satélites;

— conclusão das obras civis e de interligação entre a Estação Mestra e as Estações Remotas do Sistema Supervisor;

— aumento substancial do atendimento ao consumidor rural, com o expressivo incremento de 158% no consumo de energia desta classe;

— manutenção da plena eficiência econômico-financeira alcançada em 1974, atingindo-se remuneração de 13,5% do investimento remunerável;

— com a remuneração supra-indicada, foram mantidos igualmente os expressivos índices alcançados em 1974 para rentabilidade do capital: relativo ao Capital Social, Cr\$ 0,26 por ação de Cr\$ 1,00 e relativo ao Patrimônio Líquido, 21%.

Para que eu não me dilate muito na apreciação de tão secundos resultados, Srs. Congressistas, quero dizer ainda uma palavra sobre um desses eventos principais, que enriqueceram a Administração Aloysio Faria de Carvalho à frente da Companhia de Eletricidade de Brasília no ano passado. Refiro-me ao expressivo aumento de 158% no atendimento ao consumidor rural do Distrito Federal. Acredito, Sr. Presidente, que neste, como em outros itens que eu não examino apenas por questão de tempo, a CEB pode muito bem servir de exemplo para outras congêneres em diversas cidades de muitos dos Estados e Territórios de nossa União. Não há área, em qualquer região do Brasil — inclusive e especialmente Brasília e a região geoeconómica que ela capitaneia — que deva merecer melhor atenção das autoridades, notadamente no que diz respeito a fornecimento de energia elétrica; não há área mais necessitada do que a área rural. Nesse sentido, quero, de modo especial, dar parabéns à Diretoria da CEB pelo resultado alcançado nesse setor.

Era o que tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Pedro Lauro.

O SR. PEDRO LAURO (MDB — PR) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, apresentei no dia de hoje à consideração da Câmara dos Deputados projeto de lei que proíbe o uso de terminologia estrangeira em textos oficiais.

Sr. Presidente, é preocupante a invasão de palavras estrangeiras no cotidiano brasileiro.

Temos de fazer sentir à nossa população que nosso País possui cultura e idioma próprio. A penetração de outros idiomas, trazidos pelo cinema, televisão e outras formas de comunicação, é fato incontestável que leva nossa juventude, desde cedo, ao uso constante de expressões estrangeiras, de maneira injustificável, pois a língua portuguesa é rica, não faltando termos com o mesmo significado.

Proibir o uso de linguagem estrangeira, pelo menos em textos oficiais, poderá ser o começo de uma campanha de conscientização do povo para a gravidade deste problema de graves reflexos culturais.

Nossa proposição não encerra absurdo algum, pois a França, a partir de 1º de janeiro de 1977, não permitirá a utilização de expressões inglesas como *know-how*, *oilcraft* e tantas outras.

Por se tratar de medida salutar, esperamos contar com o indispensável apoio dos eminentes companheiros para a aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON (ARENA — PI) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: o problema da aplicação dos incentivos setoriais — pecuária, turismo e reflorestamento — no Nordeste, continua desafiando os melhores entendimentos nos setores encarregados de orientar a política de indução fiscal nas regiões subdesenvolvidas, justamente porque os investidores não-nordestinos, orientados exclusivamente pelo interesse de lu-

cro, consideram mais rendosas tais aplicações no Centro-Sul e na faixa litorânea meridional.

Por isso encaramos, na oportunidade, sem maior entusiasmo, o convênio firmado entre a EMBRATUR e a SUDENE, a 25 de setembro do ano passado, pelo qual a primeira assumiu, em detrimento da autarquia nordestina, o comando das ações do turismo naquela área. No próximo dia 29 termina o prazo dessa convenção, sem a aprovação de qualquer projeto de interesse turístico no Nordeste, por via desse acordo.

Diante da absoluta inocuidade do convênio, da sua prática inércia, surgem providências no sentido de promover a sua dinamização, ou, em último caso, a denúncia do acordo, por inoperante e contrário aos interesses da região.

O técnico Luís Carlos Vinagre, da SUDENE, acaba de recomendar à sua assessoria a promoção de estudos preliminares, com o intuito de promover modificações no texto do convênio, devolvendo aquela autarquia a sua condução e orientação, o verdadeiro comando das ações, obedecidos os postulados gerais da EMBRATUR.

Dentre as soluções que vêm sendo estudadas pela equipe técnica, vale salientar aquela consistente em fomentar, no Nordeste, a criação de hotéis destinados aos turistas de classe média, desde que se observa uma espécie de saturação de hotéis de luxo nas capitais e grandes centros, com diárias pouco acessíveis àqueles turistas. Essa sugestão do técnico Luís Carlos Vinagre não tem sofrido qualquer reparo, ademais porque a solução implicaria no desenvolvimento de uma rede hoteleira de porte médio e preços mais acessíveis, atendendo ao interesse da própria EMBRATUR no sentido de dinamizar o turismo interno, pelo sistema VTD.

Lamentável é que, no último certame ocorrido em Maceió, há umas três semanas, quando se encontraram os empresários hoteleiros, não tenha sido abordada aquela solução, o que poderia ter sido feito, aproveitando-se a presença de um representante da EMBRATUR, credenciado a levar a sugestão à cúpula da empresa, em nome dos interesses do Nordeste.

O problema assume outras conotações, quando se pretende a interveniência da Federação das Indústrias de Pernambuco, tendo-se em vista que o Sindicato Hoteleiro de Pernambuco se encontra filiado à Federação do Comércio.

Ouvido pela reportagem do *Jornal do Comércio*, a 18 do mês de agosto, o Sr. Túlio Brandão de Mattos manifestou-se, individualmente, favorável a uma revisão das regras contidas no citado convênio, acrescentando que os grupos hoteleiros sulistas, interessados em novos empreendimentos no Nordeste, não escondem a sua decepção ante a falta de dinamismo de que se recente aquele acordo, sem nenhuma realização prática, depois de um ano.

O mesmo jornal sugeriu, naquela data, que o Sr. Túlio Brandão pedisse uma audiência ao Ministro Severo Gomes, para expor-lhe a situação, sugerindo outro comportamento da EMBRATUR e a devolução à SUDENE da condução das operações consignadas no convênio.

Comentando o assunto, em crônica, depõe o jornalista Moysés Kertsman:

“Não há muita coisa a dizer, ressalta-se: os fatos ai estão, flagrantes. Nenhum empreendimento hoteleiro foi aprovado para o Nordeste, com o advento do convênio EMBRATUR-SUDENE, firmado a 25 de setembro último.”

Diante disso, Sr. Presidente, enviamos nosso apelo ao Ministro Severo Gomes e aos dirigentes da EMBRATUR, com a advertência que se impõe à própria SUDENE, no sentido de que, na prorrogação do Convênio, sejam previstas providências destinadas a fomentar, no Nordeste, a criação de hotéis de nível médio, para atender as condições financeiras dos turistas internos, que compõem correntes bem mais numerosas que a dos viajantes internacionais, que já dispõem de hotéis de luxo em todas as Capitais do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nossaer Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, assisti ontem, triste e constrangido, à leitura das notas oficiais que o Governo Federal foi obrigado a emitir, ainda em face da exploração política que procurou fazer certa imprensa e alguns setores do Congresso, relativamente ao problema da mordomia. Digo triste e constrangido, Sr. Presidente, porque é lamentável, que expedientes políticos dessa natureza já não tenham sido banidos de nossa vida pública.

Mais triste e constrangedor é que os intuições claras desta campanha, destinados a atingir as empresas nacionais, tenham sido estimulados por setores que se dizem defensores dos interesses privados nacionais. Não pode haver estrutura econômica forte, Sr. Presidente, com instituições econômicas fracas. Como bem acentuou a nota da Assessoria de Imprensa da Presidência da República, as empresas estatais têm de ser competitivas, não apenas aqui, mas também no exterior. E se a remuneração dos dirigentes das empresas privadas de muito menor expressão, apenas representa a paga do trabalho de quem as dirige, por que não deve ser assim também com as empresas estatais, em geral envolvendo responsabilidades muito mais acentuadas? Por que deve um executivo, que passa da iniciativa privada para a iniciativa governamental, ter diminuída a sua remuneração, se o seu trabalho aumenta significativamente? É preciso não esquecer, Sr. Presidente, que as empresas públicas, como é o caso das sociedades anônimas de capital misto, também se regem por normas de Direito Privado.

No que respeita ao Ministro Arnaldo Prieto, só a má fé ou o desconhecimento de sua inteireza moral poderia causar o envolvimento de seu nome em episódio que jamais poderia atingi-lo. S. Ex. não deve, nem deveria, quaisquer que fossem as acusações, nenhuma satisfação, porque ninguém neste País jamais teve dúvidas de sua honradez e de sua estatura moral.

Por todas essas razões, quero transcrever nos Anais da Casa o excelente editorial com que o jornal *O Globo*, apreciando a atitude do Governo, e condenando os excessos da calúnia, mostra que os que abusaram do clima de liberdade que as nossas instituições lhes asseguraram tiveram o merecido castigo, pois foram punidos com a mais apropriada das penas: a verdade.

Eis o artigo:

“O FIM DA CALÚNIA

Ninguém nega que a crítica e a denúncia de erros e abusos em todos os níveis da administração seja um dever — muito mais que um direito — da imprensa e do Legislativo.

Trata-se, no entanto, de uma obrigação cujo cumprimento exige especiais escrúpulos. A acusação leviana e apressada, mesmo quando de boa fé, pode ser um perigoso fator de perturbação da paz pública, na medida que abale a confiança que o regime e o Governo merecerem da opinião pública.

A calúnia se volta em última análise, contra aqueles que a originaram — mas, antes, difunde pessimismo e descrença e inibe o bom funcionamento do Poder Público.

Essas considerações se aplicam ao chamado caso das mordomias, no qual o exercício honesto do dever de informar e de criticar acabou tendo papel subalterno numa teia de calúnias e acusações demagógicas.

O último pronunciamento oficial do Governo, ontem veiculado pela televisão e hoje reproduzido neste jornal, veio a tempo, e com suficiente força de argumentos, para estancar a torrente de meias-verdades e mentiras, antes que seus efeitos daninhos se verificassem plenamente.

Investigando com rigor até as menores denúncias, e trazendo a público, com seca objetividade, o resultado de suas inquirições, o Governo deu satisfações à opinião pública de forma cabal e definitiva. De todo o episódio, agora inteiramente encerrado, saem como derrotados apenas aqueles que

usaram o exagero e a falsidade para atingir seus objetivos. Foram punidos com o mais apropriado dos castigos: a verdade."

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, visitei nesta semana a cidade de Santiago, importante Município gaúcho que tenho a honra de representar nesta Casa.

Comunidade que se destaca no Rio Grande do Sul, no entanto não é notada a sua importância por falta de promoção.

Grande produtor de soja, de trigo, de arroz e de linho, além de trigo mourisco, sorgo e outros produtos, possui Santiago também magnífico plantel de gado e, o que é importante, os fazendeiros vêm até aumentando o rebanho, a despeito da redução das áreas de campo, que vão sendo tomadas pelas lavouras. Isto confirma o esforço dos pecuaristas na melhoria de seus campos com pastagens nobres.

A cidade conta com sede de paróquia, bons hotéis, hospital, um jornal e uma emissora conceituados, clubes e lindas residências, sólido comércio, fundação educacional (com várias faculdades) e magnífica rede de ensino médio e primário. A cidade abriga, ainda, o Quartel General, a sede do comando das guarnições federais da região, a Delegacia Regional de Ensino, a Delegacia Regional de Polícia, a Diretoria Regional do DAER, outros órgãos públicos importantes e ampla rede bancária, que confirma a importância econômica da comunidade santiaguense. O Rotary, Lions e outros clubes sociais excelentes, pois a sonhadora cidade conta com famílias tradicionais que participam de memoráveis acontecimentos de gala. Não bastasse o exposto, nos arredores da cidade funciona a Cooperativa Triticola, uma das maiores e mais bem organizadas do meu Estado. É também Santiago importante entroncamento rodoviário e ferroviário. E no Município, além de tantos outros elementos de destaque, que se evidenciam na agropecuária, reside o maior granjeiro do Brasil.

Sempre que visito esta comunidade retempero minhas energias, pois sinto no minuano, na exuberância da terra, na capacidade realizadora de sua gente, no cavalheirismo dos seus homens, no encanto de suas mulheres e no estuar da força miraculosa do trabalho que multiplica a riqueza, a essência maravilhosa que realiza milagres no desdobrar dos minutos, das horas e dos anos que se escoam na ampulheta do tempo.

E o mais importante de tudo é que em Santiago existem grandes reservas que, se acionadas por elementos capazes e idealistas, poderão multiplicar esta riqueza e criar novas e melhores condições para seu povo. E isto não tardará. As novas gerações, as vanguardistas das grandes cruzadas, já empunharam a bandeira. Novos ideais abrirão originais caminhos na senda do futuro, rasgando as cortinas de novas conquistas em benefício de todos. Oxalá que isto aconteça, porque Santiago e seus filhos bem o merecem.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hildércio Oliveira.

O SR. HILDÉRCIO OLIVEIRA (MDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, existem no modus vivendi político nacional dois grandes cânceres, duas grandes chagas a corroer o próprio sistema: a subversão e a corrupção. Ultimamente, porém, surge mais uma figura triste, hedionda: a pressão. Algumas vezes, corrupção e pressão se confundem. Evidenciam-se, através da corrupção, a compra de votos, as refeições e as bebidas gratuitas, entretenimentos, suborno com dinheiro "vivo", a distribuição da "recompensa", feita pelo candidato eleito, incluindo-se, ainda, certos modos de persuasão.

Como exemplo marcante de pressão, que é o objeto principal deste pronunciamento, temo-lo, no momento, no Estado da Bahia. Vejamo-lo: há alguns meses, o Governo contratou representantes do FUNRURAL para todos os municípios baianos. Até aí, nada de anormal. Todavia, em quase todos eles — e são 336 — esses funcionários visam a favorecer o partido governista.

Insurgimo-nos nós, oposicionistas, contra tal medida; por tomarmos essa atitude, as contratações, acreditamos, foram suspensas. Há alguns dias, porém, foi liberada, novamente, a contratação de representantes para o FUNRURAL. Tal medida, evidentemente, encerra um cunho político. Para corroborar nosso próprio ponto de vista, soubemos, através da imprensa baiana, que a indicação de cada representante do FUNRURAL é feita pelo Deputado governista mais votado no respectivo município. Que se dizer de tão degradante episódio? Quanto ao restante, é como diz a própria imprensa: não passa de um "panamá".

Todavia, não é apenas na Bahia que acontecem esses vergonhosos expedientes. Anteontem, em São Paulo, o Senador Orestes Quérnia denunciou "a existência de uma onda de pressão contra os candidatos do MDB em todo o Estado, tal como previra em discurso pronunciado há meses, ao analisar a visita que o Presidente Geisel fizera a Feira de Santana, na Bahia, quando, na presença do Prefeito local, que é do MDB, a ARENA realizara um verdadeiro comício".

Evidentemente, na condição de cidadão, o Sr. Presidente da República tem até o dever de fazer propaganda da ARENA. Todavia, o envolvimento do cargo de Presidente da República, na campanha, será estímulo para que escalões inferiores, incluindo governadores, desenvolvam pressões contra a Oposição, pois essas autoridades se sentiriam protegidas pelo total engajamento do Chefe do Governo na campanha eleitoral.

Como exemplo característico de pressão, citamos um fato ocorrido em Aparecida (S. Paulo), onde um delegado deixou de ser candidato pelo MDB por ser pressionado a não se candidatar; outro, em Taubaté, onde um candidato oposicionista desligou-se do MDB, na véspera da Convenção, por ter sido nomeado para um alto cargo da CECAP. Evidenciam-se, aí, a pressão e a corrupção.

Há outros casos de pressões, como os denunciados pelo Deputado Federal Dias Menezes, de São Paulo, ao apontar pressões que estariam ocorrendo no interior paulista, onde emedebistas sofrem coações, por parte de agentes governistas, para desistir de suas candidaturas a cargos de prefeitos e vice-prefeitos. Em particular, para nós, tal episódio não é surpresa; na Bahia isso é corriqueiro. O Deputado Dias Menezes vai além, ao dizer que os emedebistas estão sob pressão, "com ofertas de elevados cargos públicos".

Cumpre ao Governo moralizar tal situação. Cabe-nos, a nós, oposicionistas, denunciar, em qualquer parte do País, atos tão endoantos para a vida política nacional. Afinal, essa é a missão do vero oposicionista.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Campos.

O SR. HÉLIO CAMPOS (ARENA — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho a esta tribuna hoje para dar uma satisfação das acusações insolitas e sobretudo falsas e inquietantes com relação ao Deputado que lhes fala, por parte do Governador do Território Federal de Roraima.

Inquietante é a sua atuação no Território Federal de Roraima, oferecendo ao povo dessa terra a imagem da desagregação, principalmente quando investe contra o Poder Judiciário e ameaça cidadãos solitamente.

Incapaz para a função que exerce, qual seja, a de trazer a calma, a esperança, a tranquilidade e o progresso ao Território usa, isso sim, de meios próprios dos agitadores comunistas que sobre a égide do direito solapam a organização e impõem a desagregação social.

Inábil de se manter nas funções que sempre se propõe a exercer, abandonando-as por falta de equilíbrio, caminha mais uma vez para que o Poder Central o dispense.

A todos sempre procura fundamentar seus fracassos num desrespeito total à dignidade humana.

A tal ponto chega a sua volúpia desagregadora que não respeita aos poderes constituídos. Em carta recente, enviada ao nobre Deputado da ARENA, Dr. Célio Marques Fernandes, homem

sóbrio, de atitudes respeitáveis nesta Casa, se desmandou em inoportuna e violenta agressão. E sabem por quê? Por um simples aparte que deu em plenário, concordando que "os Territórios já estavam na hora de evoluírem para a condição de Estado".

Se o Sr. Governador é contra esta situação, ninguém tem nada a dizer. Mas querer impedir a livre palavra de um parlamentar que expõe sua conclusão com tranquilidade, serenidade e, sobretudo, com consciência e, publicamente à toda a Nação, convenhamos, é demais. É demais para um homem que tem obrigações, pela sua investidura, em uma função pública. Só o desequilíbrio mental, já agora chegando à paranoíá.

S. Ex^a acusa todos de comunista e não prova, como no caso da Polícia Federal, em que o próprio Secretário de Segurança do Território desmente publicamente, conforme declarações feitas no *Jornal do Brasil*, do dia 1º de setembro de 1976, e que passo a ler o trecho principal:

"Sobre o fato, informou ontem o Secretário de Segurança Pública de Roraima, Sr. Waldir Garcia, que o que existe na verdade é apenas que a Gráfica era ilegal, mas sem qualquer envolvimento com elementos do partido comunista."

Quando acusa o Deputado de manter diálogo com comunista, continua negando a autoridade suprema da Justiça Militar, o Superior Tribunal Militar, quando, por unanimidade, inocenta de acusações um homem indiciado pela Justiça.

Estes fatos caracterizam, além de muitos outros, o seu ego em permanente estado de aproveitamento de incidentes, por menores que sejam, para "inquietar" dentro do melhor princípio comunista, aprovados nas reuniões internacionais, principalmente em Cuba, em nome da defesa dos postulados da democracia em perfeita consonância com seus propósitos maiores.

Não podemos mais calar para evitar e não concorrer como "inocentes úteis" nesses acontecimentos. Tomo a decisão de anunciar estas ocorrências para que não continue mais a serviço de Moscou.

Iludem-se aqueles que pensam que elementos servis dos conselhos desagregadores existentes antes de 31 de março de 1964 tenham seus cérebros limpos da ação que abraçaram naquela ocasião.

Na expectativa de novas oportunidades se escondem. Sobre o manto da democracia se expandem. Cumprem solertemente seus desejos contidos durante anos. Por algum tempo conseguem enganar, por todo o tempo é impossível.

Mas não queiram imputar à ARENA as responsabilidades por um governo desajustado e inconsequente.

Já se passam quase três anos e nada de progresso ganhou o Território. Não levou, em que pese ao apoio material e financeiro, nunca visto neste Território, do Governo Federal, uma ação de bem-estar à população do subúrbio onde vive a maior parte da população.

Já não é mais um problema da ARENA somente. Apelo ao nobre partido da Oposição, MDB, para, num gesto de grandeza em prol dessa terra, unir-se com os arenistas, a fim de, com esta demonstração de unidade de todos os roraimenses de coração, levar os candidatos da ARENA à absoluta vitória, oferecendo ao Sr. Presidente da República este sacrifício pessoal, demonstrando que, acima dos partidos, está a união para o bem comum.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adhemar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA — SC) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, merecem registro nos Anais desta Casa dois acontecimentos de magna importância para a vida econômica e social do Estado de Santa Catarina.

No último dia 13, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) fez entrega de diversos equipamentos a quase duas dezenas de entidades hospitalares do Estado, através da Diretoria Regional de Santa Catarina. Foram doados três ambulâncias, um

gabinete odontológico, três lavanderias completas, além de material cirúrgico, aparelhos de Raio-X e outros equipamentos.

Foram beneficiados os seguintes municípios e entidades:

Caxambu: Fundação Médico-Assistencial do Trabalhador Rural.

Seara: Hospital São Roque.

Sombrio: Prefeitura Municipal.

Armazém: Hospital Santo Antônio.

Canoinhas: Hospital Santa Cruz.

Campos Novos: Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio.

Chapecó: Hospital Santo Antônio.

Ilhotas: Usati S.A.

Imaruí: Hospital de Caridade e Maternidade São João Batista.

Laguna: Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos e Casa da Esperança.

Morro da Fumaça: Hospital de Caridade São Roque.

Ponte Alta: Fundação Médico-Social Rural.

São José do Cedro: Sociedade Beneficente.

São Martinho: Hospital São José.

Urussanga: Hospital Nossa Senhora da Conceição.

Fazendo um balanço da profícua atuação do FUNRURAL no Estado, verificamos que, até o final do mês de junho deste ano, foram doados 67 ambulâncias, 209 gabinetes odontológicos e 173 ambulatórios médicos, distribuindo-se ainda equipamentos diversos para 117 hospitais. Existem quatro unidades móveis de assistência (ônibus-ambulatório circulante) que atendem aos municípios de Criciúma, Araranguá, São Bento do Sul e Florianópolis.

Foram construídos e equipados pelo FUNRURAL, até esta data, 8 hospitais rurais, localizados em Nova Erechim, Luiz Alves, Florianópolis, Ponte Alta, Timbó do Sul, São José do Cerrito, Treze de Maio e Vidal Ramos.

Estão sendo construídos mais dois hospitais, um em Caxambu do Sul e o outro em Rio Fortuna e se ultimam os estudos finais para a construção dos hospitais de Paulo Lopes e São João do Sul. As doações feitas em 13 do corrente montaram em Cr\$ 782.245,00, que somadas às já existentes alcançam o total de Cr\$ 18.964.972,00.

Como vemos, os números evidenciam de sobra a profícua administração do Dr. Líbero Masseri e do Sr. Augusto Porsias à frente do FUNRURAL do Brasil e de Santa Catarina.

Outro acontecimento, Sr. Presidente, que reputamos de grande importância para o Vale do Araranguá, foi a inauguração da Agência do Banco do Brasil na cidade de Turvo, no dia 11 deste mês, sob a presidência do Cel. Valter Peracchi Barcelos, Diretor da 6ª Região do Banco do Brasil.

A nova agência é a décima instalada em Santa Catarina em 1976, e atenderá aos municípios de Turvo, Jacinto Machado e Timbó do Sul, regiões eminentemente agrícolas, e funcionará provisoriamente em prédio alugado, até que a sede própria seja terminada.

Estiveram presentes ao ato de inauguração o vigário local, que ministrou a bênção ecumênica, o Prefeito Romeu Carlessi, que cortou a fita simbólica, o Deputado Federal Nereu Guidi e este orador, e o representante do Governador Konder Reis, Sr. Elmar Rudolfo Heinech, Vice-Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, além de representantes da Associação dos Municípios do Sul do Estado, líderes sindicais, empresários, agricultores e comerciantes do Vale do Araranguá.

Falaram vários oradores, dentre os quais destacamos o representante de S. Ex^a o Sr. Governador do Estado, o prof. Luiz Ângelo Sírimbeli, o Sr. Valdir Auto Leite, gerente da agência recém-inaugurada, e, por último, o Cel. Peracchi Barcelos, que informou que estão previstas para este ano ainda as instalações das agências de Maravilha, Seara, Urussanga, Bom Retiro e Orleães.

Com o registro desses acontecimentos, altamente positivos para a vida econômica e social do Estado de Santa Catarina, prossegue o Governo do Presidente Ernesto Geisel, nos setores do FUNRURAL

e do Banco do Brasil, a cumprir indesviavelmente sua grande obra de servir ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pacheco Chaves.

O SR. PACHECO CHAVES (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr Presidente, Srs. Congressistas, toda a imprensa brasileira deu ampla cobertura ao depoimento prestado pelo Sr Isaac Kertenetzky, Presidente do IBGE, perante a CPI sobre salário, em realização na Câmara dos Deputados.

Teve natural realce nessa cobertura a firme negativa do depoente de dar à CPI informações sobre o custo de vida, renda familiar e condições de vida do brasileiro, sob o pretexto de que "a divulgação parcial de uma investigação poderia impressionar mal a opinião pública".

Lastimável esse comportamento, inclusive, por ser algo surrealista nada há capaz de causar "má impressão" à opinião pública no assunto, pois o povo brasileiro sente na própria carne o resultado da incessante elevação dos preços, do custo de vida.

O Presidente do IBGE agiu, a nosso ver, de forma lastimável. Ainda mais que se recusou a fornecer informações pouco após ter o Presidente da República, durante 45 minutos, posto a Nação a par de questões da maior gravidade e que, inclusive, refletem-se pesadamente no custo de vida. Entre a atitude do Chefe do Governo e a do Presidente do IBGE a diferença é por demais gritante!

Sr. Presidente, o Sr. Isaac Kertenetzky demonstrou, com sua atitude, desconhecer o que é uma CPI e mesmo o Legislativo. Seu procedimento naquela CPI se assemelhou ao que diria se um grupo de senhoras ou senhores o procurasse em seu Gabinete para solicitá-lhe informações.

O Presidente do IBGE não podia e não pode recusar-se a dar ao Legislativo informações por este a ele solicitadas. É do seu dever, pois é o que lhe é imposto pela Constituição e pelas leis, inclusive a que instituiu e rege as CPIs. Acresce no caso o fato de que dados e informações colhidas pela Fundação ora sob sua presidência não são para uso privado de S. S. são dados obtidos, a preço elevado, para utilização pública. Não podem ser sonegados à opinião pública, quanto mais à uma CPI incumbida de investigar a política salarial, hipótese em que se tornam eles imprescindíveis a uma segura avaliação da situação brasileira no setor.

A atitude do Presidente do IBGE não deixa dúvida do seu desconhecimento do que é o Legislativo, do que é uma CPI e de muita coisa mais. Assume posição de dirigente de empresa privada, adota atitude paternalista com que, segundo suas declarações, pretenderia proteger um povo que supõe ignorante e, assim, quase desrespeito.

Muito têm sofrido o Brasil, o povo brasileiro e os governos procedentes do Movimento de 64 por culpa e obra de uma tecnocracia que se aposou da administração pública e que, não raro, age contrariamente a determinações do próprio Chefe do Governo. Técnicos e burocratas sem sensibilidade política e social e que, por isso, se colocam numa Torre de Marfim, onde cultivam seu menosprezo pelo universo brasileiro e muito especialmente por nosso povo. São eles culpados de muitos erros, abusos, distorções e escândalos ocorridos de 64 para cá, e é tempo de que o próprio Chefe do Governo disso se convença, a fim de impedir que tecnocracia e burocracia continuem danificando e fazendo mal profundo ao Brasil e ao próprio Governo. Urge submetê-los, a qualquer preço, à lei e ao bem-comum, pois já fizeram mal em demasia.

Sr. Presidente, a atitude do Presidente do IBGE não se justificaria sob aspecto algum. E muito menos perante uma CPI. Resulta em estultícia, pois os efeitos da elevação dos preços jamais poderiam ser ocultados do povo, pois este é que os sente duramente, na própria pele. Constrangedor ver o procedimento do Sr. Isaac Kertenetzky, tão oposto ao adotado pelo Presidente da República, que tem falado com absoluta franqueza ao povo. E que mais chocante se tornou pela infeliz coincidência de termos visto, dias depois, na mesma Câmara dos Deputados, a longa e magnífica explanação do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Fritz Manso, sobre problemas, esses sim, da maior importância para a segurança nacional. Patenteou o Presidente do IBGE seu desconhecimento do que é função pública, seu desdém por um povo que supõe incapaz e que assim deve ser protegido por segredos de Polichinelo. Sequer recorreu ao expediente de solicitar fosse a reunião tornada secreta, para a prestação de informações que reputaria sigilosas, por enquanto.

Sr Presidente, é do maior interesse do Governo precaver-se e agir contra a tecnocracia e burocracia, que já cavaram poço profundo entre povo e governantes

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1976.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1976-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 73, de 1976-CN), aprovando o texto do Decreto-Lei nº 1.471, de 15 de junho de 1976, que estende a financiamentos do BNDE a bancos de investimento privados o sistema de incentivo fiscal previsto no Decreto-Lei nº 1.452, de 30 de março de 1976.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de decreto legislativo que acaba de ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 19 horas e 5 minutos.)